

**INSTRUIR PARA FAZER A CIÊNCIA E A MEDICINA CHEGAR AO POVO NO
SETECENTOS.**

**INSTRUCTIONS TO MAKE SCIENCE AND MEDICINE ARRIVE TO THE
PEOPLE ON THE 18TH CENTURY.**

Vera Regina Beltrão Marques

Doutora em História Social e Professora Associada na Universidade Federal do
Paraná (UFPR), Brasil.

e-mail: verarbm@terra.com.br

RESUMO: O Iluminismo, ao acreditar na utilidade da razão humana para promover o progresso social, fez da educação pedra de toque para que homens e mulheres tornando-se informados, esclarecidos pudessem usufruir os resultados do conhecimento até então produzido e assim melhorar suas condições de existência. Se a “Encyclopédie des Arts, Sciences et Métiers” reunia o cabedal humano em seus vinte e tantos volumes, manuseá-la tornava-se tarefa de iniciados, dificultando o acesso principalmente àqueles que mais “precisavam” ser informados sobre ciência e medicina. Manuais de medicina doméstica e cartilhas de conselhos ao povo foram escritas e disseminadas desde então. Quem as escrevia ? Como chegavam ao Brasil e do que tratavam? Este trabalho abordará o intento de instruir o povo acerca de saúde e higiene no Brasil setecentista.

Palavras-chave: Medicina, Educação, História da Ciência.

ABSTRACT: The “Lumières”, when the believing of utility of the human reason to promote the social progress made of the education the main touch to inform men and women to be clarified and could usufruct the knowledge’s results until then, thus improve its conditions of existence. If the “Encyclopédie des Arts, Sciences et Métiers” has congregated the human fund in its twenty and more volumes, to handle it became a task of initiates mainly making it difficult the access it to that more need to. Manuals of domestic medicine and premier books of advise to the people had been written since then. Who wrote them? How they arrived at Brazil and dealt? This work will approach the intention to instruct the people concerning to health and hygiene in Brazil of the 18th century.

Key-words: Medicine, Education, History of Science.

Mr. Tissot na introdução do livro *Aviso ao povo acerca de sua saúde* não tinha dúvidas de suas pretensões. Impunha-se como fundamental remediar os abusos cometidos na tentativa de curar as enfermidades que grassavam em áreas rurais não assistidas por médicos (TISSOT, 1786).

Seus conselhos fizeram sucesso. E muitas tiragens dessa publicação foram feitas no decorrer das últimas décadas do Setecentos, vide a versão francesa com nada menos do que 10 edições em dois tomos. O Brasil, então América portuguesa não ficou imune a essas recomendações e um número considerável de livros traduzidos para o português passou pela Real Mesa Censória rumo às terras de além-mar. (ANTT, RMC, Caixas, 151, 153-163)

Porém seus maiores leitores não provinham das camadas populares. Realidade de pronto reconhecida pelo Doutor Tissot, que pretendia ver seus conselhos alcançarem às populações do campo através de pessoas caridosas, padres, proprietários de terra, mestres-escolas, barbeiros, sangradores, parteiras ou cirurgiões dispersos. Em última instância suas preleções chegariam pela via auditiva. O ouvido garantiria a leitura das máximas apregoadas, rompendo as barreiras de acesso à leitura direta que o analfabetismo impunha (CHARTIER, 1996).

Assim como o Aviso ao povo, outros manuais de medicina simplificada e de “atendimento aos doentes por si mesmos” atracaram portos do Brasil. Aqui chegava toda a coleção da *Medicina doméstica* do médico Buchan, os vários tomos da *Medicina prática* de Cullen, o *Vademecum do cirurgião*, de Antonio José de Sousa Pinto, o *Exame de sangradores que em forma de diálogo ensina aos mestres o que devem perguntar, aos discípulos o que se compreende na arte de sangrar*, por Manoel José da Fonseca, ou *Observações sobre as enfermidades dos negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir* por Antonio José Vieira de Carvalho, dentre outros títulos. Todos destinados “a quem em sua distância dos médicos põem no caso de serem privados dos seus socorros”, como aludia TISSOT (1786, p. XVIII).

Ao fim e ao cabo os autores desses conselhos eram unânimes em afirmar que suas recomendações eram fáceis, sumamente praticáveis e visavam impedir os charlatões de explorar e enganar o povo, pois não haveria “peste mais funesta do que semelhante espécie de homens”, como se assinalava na primeira tradução em português levada a cabo por Jorge Rey e Companhia (TISSOT, 1773).

Se por um lado havia uma preocupação em difundir normas de higiene e de viver com saúde, visando impedir ou mesmo tratar as doenças que assolavam as populações, o

intento desses manuais parece também ter sido outro: regradar procedimentos, formas de tratar os doentes e suas doenças, em um esforço normatizador que colocava o médico mesmo nos lugares nos quais ele não era encontrado. Assim normas médicas foram sendo disseminadas nestes conselhos ou avisos que lidos ou ouvidos cumpriam a tarefa de fazer circular preceitos da medicina dita científica. Em tempos nos quais a magia, a religião e a ciência andavam de mãos atadas, aconselhar, e preferencialmente ensinar o povo revelava-se auspicioso.

Os manuais vistos pelas lentes dos médicos

A medicina francesa do Setecentos, de onde provinham especialmente os manuais de cuidado de si, era filha do seu tempo e exercia influência nas artes de curar no Brasil (AZEVEDO, 1994). Na França pós-revolucionária, associava-se à presença generalizada de médicos nas cidades, e dentro do possível também no campo, à probabilidade de contenção das doenças. Olhares cruzados estabeleceriam uma “topografia médica de cada departamento ‘com cuidadosos sumários sobre a região, as habitações, as pessoas, as paixões dominantes, o vestuário, a constituição atmosférica, as produções do solo, o tempo de sua maturidade perfeita e de sua colheita, assim como a educação física e moral dos habitantes da região’” (FOUCAULT, 1980, p. 34).

Além das propostas preverem médicos disseminados por todos os lugares, aspirava-se mais: as pessoas deveriam ser informadas do que possível fosse acerca da medicina, de sorte que cada um detivesse a tarefa educativa de, difundindo essa arte, impedir que a doença se propagasse.(idem, p. 35). A educação das luzes fincava raízes, e o novo homem concebido no movimento desencadeado pelo Iluminismo também não ficaria alheio aos

ensinamentos sanitários. Como assinala Carlota Boto, a partir de meados do século XVIII há simultaneamente uma intensificação do pensamento pedagógico e uma inquietação com as diversas maneiras de educar (BOTO, 1996).

Supostamente, divergências se confrontavam na tarefa de educar o povo sobre sua saúde. Tanto é que os autores não deixaram de registrar no prefácio de seus livros a oposição encontrada. A divulgação dos ensinamentos contidos nos manuais de medicina doméstica parecia causar verdadeiro *frisson* em parte dos esculápios setecentistas. Tanto Tissot, quanto Buchan, expressam-nos de forma veemente. Muitos de seus pares manifestavam-se “contra a popularização” da medicina. Ensinar práticas de cura, indicar como identificar sinais e reconhecer doenças ou tratá-las adequadamente eram medidas desaprovadas pelos médicos temerosos de destruir inteiramente sua influência.

Lançando mão de sólida argumentação contra seus oponentes, Guilherme Buchan enfatizava a postura dos senhores doutores em tornar sua ciência inacessível aos homens. “Davam-se mais valor” adotando ininteligíveis termos e caracteres nas suas receitas do que explicando as condutas e os princípios de sua arte. Não pretendendo que todos os homens se tornassem médicos, pois tal intenção lhe soava tão ridícula quanto impossível, seu objetivo ao escrever *Medicina doméstica ou o tratado de prevenir, e curar as enfermidades com o regimento, e medicamentos simples* intentava assegurar que, pessoas sensatas e instruídas soubessem “os princípios gerais da medicina, para que pudessem aproveitar aquelas vantagens com que está adornada, e guardar-se ao mesmo tempo das destruidoras influências da ignorância, da superstição e charlatanaria” (1801, p. XXI).

No entanto, acreditar cegamente nas prescrições emanadas havia marcado profundamente a medicina; vide as receitas, por exemplo. Escritas em latim só lograram aumentar o desconhecimento do paciente sobre suas doenças e seus medicamentos,

agregando enigma até nas poções que lhe eram recomendadas. Assim, insistir em manter a aura de mistério assegurava suspeição, afirmava G. Buchan, garantindo o retardamento de seu progresso como ciência e o afastamento dos pacientes pois “expõe os que a exercitam a que se tenham em conta de ridículos” (idem, p. XXIII).

Não esqueçamos, outrossim, que segredos pontuavam práticas de cura em várias tradições, em diferentes períodos históricos. Na Europa, os remédios de segredo¹ em voga nas prescrições terapêuticas do Seiscentos foram tão disseminados e tantos os abusos cometidos que chegaram a ser banidos no receituário da medicina do século das luzes. Esses medicamentos, altamente rentáveis ao se notabilizarem, haviam feito a fortuna de muitos médicos, seus principais preparadores.

Tendo sido proscritos pelas autoridades sanitárias ainda permaneciam ao alcance dos doentes pois continuavam sendo preparados por alguns esculápios, além de outros curadores, os “embusteiros” como foram denominados seus fabricantes, ao arripio das leis médico-sanitárias .

Perdida uma batalha, não convinha perder a guerra. Para esses doutores, proibidos de preparar poções, tornara-se mister pelo menos, manter a primazia dos conhecimentos médicos, dos segredos da arte e do “sigilo”, vetando veementemente o movimento de popularização da medicina. Recalcitrantes não pretendiam dar tiros no seu próprio pé, como menciona o dito popular.

Porém para os médicos sintonizados com as propostas de tornar a medicina acessível aos que dela necessitassem, divulgá-la, ensinando através dos conselhos, era o

¹ Medicamentos de segredo eram formulações cujos componentes eram de conhecimento exclusivo daqueles que os formulavam. Ver José Pedro de Souza Dias. *A Água de Inglaterra no Portugal das Luzes. Contributo para o estudo do papel do segredo na terapêutica do século XVIII* e Vera Regina Beltrão Marques. *Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista*.

que havia a fazer com o fito de excluir qualquer prática não condizente com o exercício racional da arte de curar. Buscando banir os vestígios de mistério, os “embustes” tão combatidos, chamavam a atenção para os que exerciam a medicina como comércio, pois eles teriam temor a qualquer reflexão que permitisse revelar práticas escusas, para assim separá-las da ciência.

Afirmava o autor da *Medicina doméstica*: “havia poucas pessoas capazes de distinguir suficientemente o procedimento do que aplica um remédio secreto, e o daquele, que estabelece uma receita com caracteres misteriosos e em língua desconhecida. Desta sorte o procedimento do verdadeiro médico, que não precisa de disfarce, se aproxima ao do ignorante cuja fortuna só depende do segredo” (BUCHAN, 1801, p. XXIV). Buscavam portanto banir os vestígios de mistério e assim os “embustes” que a prática médica poderia ensejar.

Então, educar os doentes permitia matar dois coelhos com a mesma cajadada. Povo informado, esclarecido, poderia usufruir os resultados do progresso atingido pela arte dos doutores, além de melhorar suas condições de existência e, de inhapa, condenar charlatões. Ademais, ao curar através das cartilhas, contabilizava-se a possibilidade de enquadrar paulatinamente curandeiros, barbeiros, parteiras e outros curadores aos ditames da ciência médica.

Doutores não afeitos à disseminação de instruções para a prática de auto-cuidado não vislumbravam o grande desígnio: municiar doentes e curadores significava trazê-los para as hostes da medicina. Surdos aos apelos dos propagadores da instrução médica ao povo, não os ouviam afirmar peremptoriamente que não pretendiam substituir médicos por livros de avisos ou conselhos domésticos. Os autores objetivavam senão esclarecer especialmente àqueles sem acesso aos doutores e sob a mira de aproveitadores. “Sem

embargo o povo tem sempre os olhos fechados, e toma confiadamente tudo o que lhe vende um charlatão, sem ousar de sorte alguma perguntar-lhe a razão de sua conduta” (BUCHAN, 1801, p. XXII).

Cuidando para que nem pessoas analfabetas ficassem fora da órbita dos ensinamentos, certamente acreditavam que chegaria o dia em que os embustes poderiam, enfim, virar-se contra os embusteiros...

Novos conselhos, velhas tradições culturais.

Se os conselhos ao povo tiveram ampla divulgação no Setecentos, não foi no período das luzes que os mesmos foram concebidos. Remontam de velhas tradições culturais espaiadas a partir da medicina hipocrática acrescida de saberes árabes que circulavam por Salerno, durante a Idade Média.

Luís de Pina, historiador português, ali localiza importantes matrizes da medicina popular da Península Ibérica. Estudioso do manuscrito *Thesaurus Pauperum* atribuído a Pedro Hispano, então Papa João XXI, encontra-o em cópias datadas dos séculos XIII, XIV e XV. Já a partir do Seiscentos, descobre-o editado na Espanha, acrescido do *Regimento de sanidade* de Arnaldo de Vilanova,² um manuscrito valenciano do século XIV.

Esse conjunto de manuscritos logo se viu parcial ou totalmente incorporado a outros livros, “bíblis clínicas que muitas vezes se associavam a obras sobre agricultura, de que constituíam capítulos curiosos”. Dedicados aos pobres sem assistência médica, traziam listagens de “remédios universais para as enfermidades ordinárias” das famílias que viviam

no campo. Agregou-se ademais aos lunários, vide o *Lunário perpétuo* português, edição de 1768, no qual Pina (1953, p. 69) identifica informações médico-terapêuticas textuais do antigo regime de sanidade de Vilanova.

Pedro Nava (1949, p.21) explicita o teor dos conselhos contidos naqueles alfarrábios. No “tesouro dos pobres” do papa ilustre estava recomendado para o doente dos olhos, trazer sempre consigo um olho de lobo: “que nas crises de epilepsia se chamasse por Gaspar, Melchior e Baltasar” e “na lepra fosse usado decocto de serpente em vinho”.

Também não faltavam preceitos astrológicos conjugados à vontade de “fazer o bem”, especialmente aos mais pobres, ao desamparo da medicina. Caridade amplamente aludida também nos livros de conselhos setecentistas.³

Manuais antigos mesclavam conhecimentos e crenças populares aos preceitos da medicina, presentes nas primeiras faculdades medievais. Reunindo exemplarmente caridade, saberes do povo e ditames médicos, os conselhos operavam em uma via de duas mãos na qual conhecimentos de muitas fontes acabavam sendo reunidos. Incluía-se ou omitiam-se conteúdos, conforme contendas se formaram no transcorrer da árdua construção tanto da ciência médica quanto do poder dos doutores sobre outros curadores.

Esses saberes largamente difundidos em Portugal, atravessaram o oceano e aqui aportaram. Navegadores, imigrantes, padres e cirurgiões não só os divulgavam como lhes agregavam novos conhecimentos, adquiridos na terra, oriundos de diversas tradições. Vide o livro *Erário mineral*, do cirurgião português Luís Gomes Ferreira, que exerceu seu ofício

² Além de ter escrito esse regimento de saúde, Vilanova também comentou os regimentos de saúde da Escola de Salerno, escreveu sobre a conservação da saúde, além de outros. Ver Luís de Pina. Pedro Hispano e Arnaldo de Vilanova na educação médica popular hispânica.

³Tanto Buchan quanto Tissot, op. cit. registram que somente deram a luz aos seus escritos porque pretendiam “ajudar o povo”. Lembremos, ademais, as velhas práticas de tratar doentes e moribundos sem assistência que remontam da Idade Média. Quando religiosos encontravam pobres, doentes costumavam hospitalizá-los para assim lhes garantir uma boa morte. Ver Jacques Lê Goff. *As doenças têm história*.

em Minas, em cujo tratado terceiro lê-se: “De uma miscelânea de vários remédios inventados e experimentados para muitas enfermidades”, além “Dos segredos ou remédios particulares que o autor faz manifesto para a utilidade do bem comum”, contidos no sexto tratado de seu trabalho (FERREIRA, 1734, p, 21-2).

Porém quais foram os livros de aconselhamento que mais vieram para o Brasil no Setecentos?

Os arquivos guardados na Torre do Tombo, especialmente os relativos à Real Mesa Censória, nos apontam fartas remessas da *Medicina doméstica* de G. Buchan, o primeiro colocado em qualquer disputa entre os títulos mais cobiçados na área de medicina ao alcance dos leigos,⁴ de pronto seguido pelo *Aviso ao povo* e após pela Medicina prática do doutor Cullen (1809). Destaco ainda a tradução anônima da *Arte de cuidar de si mesmo*. Em algumas listagens esse livro aparece mais especificado como *O cuidado de si mesmo na enfermidade do gálico*, leia-se sífilis. Os livreiros certamente se escudavam de ferir possíveis suscetibilidades dos censores. Contudo o título correto é *A arte de se tratar a si mesmo nas enfermidades venéreas, e de se curar de seus diferentes sintomas*, de Mr. BOURRU, doutor regente da Faculdade de Medicina da Universidade de Paris, publicado em 1777. O médico não deixa de explicar seu objetivo, que era também o de seus pares, autores de conselhos:

“não é de subtrair o conhecimento, e a cura das enfermidades venéreas aos médicos a quem elas pertencem de direito. Ainda que nada tenha omitido, para que as pessoas infectadas destas enfermidades se ponham em estado de se curarem a si mesmas,

contudo parece-me, que essas podendo, farão melhor em confiar-se a um hábil médico, do que seguir por si sós o caminho que lhes abro” (BOURRU, 1777, pp. 5 - 6, prefácio).⁵

Outros livros são dignos de destaque, vide os títulos já aludidos referentes à arte de partear, sangrar ou formular, exames de sangradores ou boticários, além de tratados de higiene ou como tratar as crianças.⁶ O livro de Francisco de Mello Franco no qual o autor trata de educação física e higiene também é bastante remetido.

Em suma: eram muitos os opúsculos de medicina enviados, sendo também diversificados os títulos alusivos às “especialidades”. Dentre eles refiro os compêndios: principalmente *Cours de Chirurgie*, de Bell; *Cirurgia de Leitão*; *Aphorismes de Chirurgie de Boerhaave avec commentes par Van-Swieten*, dentre outros do mesmo autor; *Anatomie générale précédée des recherches physiologique sur la vie et la mort* de Bichat; *Nosographie philosophique ou la méthode de analyse aplique à la médecine* de Pinel; *Memórias sobre inoculação*, de vários autores (ANTT. RMC. Caixas, 151, 153-163), todos em sintonia com as publicações européias mais atuais.

Os livros arrolados em cada listagem também atingiam um arco bastante variado. Remessas mais gordas podiam ser encontradas quando o destino da encomenda atracava nos portos do Rio de Janeiro ou da Bahia, pois lá se concentravam mais médicos, cirurgiões

⁴ O livro de Buchan poderia ser encontrado em coleções compostas por 4, 8 ou 10 volumes, conforme seu tradutor. Para adquiri-los, bastava procurá-los dentre os livros modernos que se vendem em casa de Hygino José Ferreira, capitão da nau Dragão, no Rio de Janeiro. ANTT. RMC. Caixa n. 157.

⁵ Mr. Bourru explica quão importante era o número de pessoas infectadas por doenças venéreas, muitas delas sujeitas a superiores rigorosos, prontos a considerá-las de vida licenciosa, “o que mais vezes é só o efeito de um momento infeliz”. Pessoas essas que fatalmente tornar-se-iam “presas de infames charlatões, que sempre ricos em promessas nunca deixam de as lisonjear com algumas garrafas de tizanas” ou específicos aos quais gabam-se de serem os únicos possuidores.

e demais curadores, além de um número elevado de moradores. E para lá se reservavam mais opúsculos franceses, traduzidos ou não, ao longo dos anos compreendidos pela documentação consultada.

Vale ressaltar que mesmo após o início do século XIX, os manuais de conselhos do Setecentos, os então campeões de bilheteria, não perderam posição para publicações mais especializadas. BUCHAN, TISSOT e CULLEN permaneceram nas primeiras posições no “ranking” dos mais remetidos.⁷

Nem só de pedidos de livreiros abarrotavam-se as autoridades censoras. Vinham de várias procedências as solicitações para despachar livros ou mesmo bibliotecas para o Brasil. Médicos, cirurgiões, clérigos, funcionários da coroa, dentre outros solicitavam licença, bem como traziam em suas bagagens obras de medicina e/ou manuais de conselhos.⁸ Não raro, nos pedidos à pena, referências às obras e seus autores encontram-se incompletas e erradamente grafadas. Tudo se fazia na tentativa de ludibriar o confisco e a proibição de remeter livros suspeitos para os domínios ultramarinos.⁹

Mas que importância poder-se-ia atribuir aos ditos conselhos e manuais de medicina, em terras brasílicas, caro leitor?

Como afirma Nava, não havia fazenda pelo Brasil afora que não encerrasse em seus grossos armários, manuais de medicina doméstica e “preciosos volumes da velha medicina

⁶ Tanto Buchan quanto Tissot trazem capítulos dedicados ao cuidado com as crianças. Ver capítulo 1, tomo I e capítulo XXVII, tomo II, respectivamente.

⁷ Lúcia M. B. Pereira das Neves encontra o *Aviso ao povo* dentre as obras que mais apareciam, entre 1799 e 1808, na relação de Paulo Martin, vendidas no Rio de Janeiro “por conta de seu pai”. Ver Comércio de livros e censura de idéias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço, p. 67.

⁸ Na caixa de número 151 consta o pedido de José Bonifácio de Andrada e Silva demandado em 07/08/1810, para enviar “24 caixotes de livros não catalogados pois o encarregado foi uma pessoa pouco inteligente”. Talvez tenha sido mais esperto do que se suporia....

⁹ Diversos autores já referiram as várias estratégias utilizadas. Anoto o parecer do oficial Joaquim Ferreira dos Santos à livreira Viúva Bertrand ao tentar mandar para a Bahia, *L’entendement humain*, de Locke: “os

portuguesa”. Lidos e relidos por fazendeiros alfabetizados, curandeiros e padres chegavam aos doentes através de práticas e poções medicamentosas. Proprietários de terra, “com a prática adquirida na capação dos porcos e dos bezerros, haviam de fazer também suas incursões pela cirurgia, cosendo muita barriga aberta e pondo no lugar muita tripa exposta a pontaço de chifre e a fio de ‘lambadeira’” (NAVA, 1949, p. 125).

Padres, por seu turno, não ficavam atrás. “A curandeiragem, que é uma tradição entre os nossos reverendos, busca suas raízes não só na própria essência do sacerdócio, como ainda na medicina missionária e jesuítica da colônia”. Pois a cura implementava a catequese, contribuindo para que os padres muito se esmerassem no zelo e na terapêutica (idem, p.126).

Bibliotecas, como a do Caraça, por exemplo, ostenta até nossos dias preciosos volumes de medicina. E muitos exemplares dos livros de Ms. Tissot ou Mr. Buchan são encontrados nos inventários de curandeiros famosos.

Talvez em algumas casas grandes ou quiçá em reuniões públicas lessem em voz alta esses livros, a considerar que “a leitura oral, pública e privada, era corrente em Portugal no Setecentos”. E manteve-se o hábito no Brasil (VILALTA in MELLO E SOUZA, 1997).

O certo é: por onde se andasse as doenças grassavam e a falta de médicos era notória e muitas vezes esses esculápios pouco despertavam o interesse dos doentes.¹⁰ Rezadores, curiosos, barbeiros, sangradores tentavam dar conta do recado. Mesmo que por via indireta, pois poucos liam, esses opúsculos deveriam dar-lhes algum suporte que reunidos ao arsenal medicamentoso anteriormente adquirido permitia prosseguirem em seus ofícios.

Bertrand devem apresentar os exemplares que eles tem para serem suprimidos, pois a sua leitura não fará menos dano na corte que nos domínios ultramarinos” (ANTT, RMC, Caixa n. 157).

Os avisos ao povo e os manuais de popularização da medicina tiveram vários desdobramentos. Vale assinalar os dicionários de ampla repercussão na terra pátria, tais como CHERNOVIZ (1882) ou LAANGARD (1873), espelhados na velha tradição das obras de medicina doméstica.

A prática de divulgar informações, de educar através de avisos e conselhos, no escopo de que populações esclarecidas pudessem usufruir os resultados do conhecimento produzido e assim melhorar suas condições de existência, tem feito história. Temos uma importante produção historiográfica acerca do exercício das práticas de curar lentamente processada no decorrer dos séculos XIX e XX, e sobre os conselhos ao povo, presentes nas campanhas de educação sanitária cujas matrizes podem ser encontradas nos manuais de medicina doméstica.

Fontes manuscritas:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT): Real Mesa Censória. Caixas: 151; 153-163.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ): I-47,19,20- Medicina popular, século XVIII.

Fontes impressas

BOURRU, Mr. (1777). *Arte de se tratar a si mesmo nas enfermidades venéreas, e de se curar de seus diferentes sintomas*. Coimbra: Real Oficina da Universidade.

¹⁰ Ver: CHALHOUB et al. *Artes e ofícios de curar no Brasil*.

BUCHAN, G. (1801). *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde, e de curar, e precaver as enfermidades por via dos remédios simples*, 4 vol. Tradução Manoel Henriques de Paiva. Lisboa: Tip. Academia Real de Ciências.

_____. (1803). *Medicina doméstica ou tratado completo dos meios de conservar a saúde, e de curar, e precaver as enfermidades por via dos remédios simples*, 10 vols. Tradução de Francisco Pujol. Lisboa: Tip. Rollandiana.

CHERNOVIZ, L. N. (1882). *Dicionário de medicina popular*. Paris: s.e..

CULLEN, Mr. (1809). *Éléments de médecine-pratique*. Tradução de M. Bosquillon. Coimbra: Imp de l'Université.

FERREIRA, J.H. (1785). *Discurso crítico. Em que se mostra o dano que têm feito aos doentes, e ao progresso da medicina em todos os tempos, a introdução dos remédios de segredo, e composições ocultas, não só pelos charlatães, e vagamundos, mas também pelos médicos que os têm imitado*. Lisboa: Of. De Filipe da Silva Azevedo.

FERREIRA, L.G.(1734). *Erário mineral dividido em doze tratados*. Lisboa: Of. Miguel Rodrigues.

HENRIQUES F. (1754). *Âncora medicinal, para conservar a vida com saúde*. Lisboa: Of. Bernardo Antônio de Oliveira.

LANGGAARD, T.J.H. (1873). *Dicionário de medicina doméstica e popular*. Rio de Janeiro: Laemmert.

SANCHES, A N. R. (1757). *Tratado de conservação da saúde dos povos: obra útil e igualmente necessária aos magistrados capitães generais de mar, e guerra, prelados, abadessas, médicos e pais de famílias, com um apêndix: considerações sobre os terremotos com a notícia das mais consideráveis que faz menção a história*. Lisboa: Of. Joseph Philippe.

TISSOT, M. (1773). *Aviso ao povo sobre sua saúde*. Tradução de Casa de Jorge Rey e Companhia. Lisboa: Oficina Patriarcal.

_____. (1786). *Aviso ao povo acerca da sua saúde*. Tradução de Manoel Joaquim Henriques de Paiva. Lisboa: Of. De Filippe da Silva Azevedo.

Bibliografia.

AZEVEDO, F.(org.). (1994). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

BOTO, C. (1996). *A escola do homem novo. Entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Ed. da UNESP.

CHALHOUB et al. (org.). (2003). *Artes e ofícios de curar no Brasil. Capítulos de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP.

CHARTIER, R. (org.). (1996). *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.

DELAPORTE,, F. (1990). *Le savoir de la maladie*. Paris: Presse universitaire.

DIAS, J.P.S. (1986). *A Água de Inglaterra no Portugal das luzes. Contributo para o estudo do papel dos segredos na terapêutica do século XVIII*. Faculdade de Farmácia, Universidade de Lisboa.

FARINA, D.C. (1981). *Medicina no planalto de Piratininga*. São Paulo: s.e.

FOUCAULT, M. (1980). *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

LE GOFF, J. (org.). (s.d.). *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar.

MARQUES, V.R.B. (1999). *Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

NEVES, L.M.B. Comércio de livros e censura de idéias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço. *Ler história*, n. 23, 1992.

NAVA, P. (1949). Capítulos de história da medicina no Brasil. Separata de *Brasil médico-cirúrgico*. Rio de Janeiro.

PINA, L. Pedro Hispano e Arnaldo Vilanova na educação médica popular hispânica. *Imprensa médica*, Lisboa, ano XVII, n. 2, fev de 1953.

PINA, L. Raízes da sabedoria popular médica. *Imprensa médica*, Lisboa, ano XVII, n. 3, 1953.

SILVA, M.B.N. (1993) *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa.

VILALTA, L.C.(1997). O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In Mello e SOUZA, L. (org.). *História da vida privada no Brasil. Cotidiano e vida privada na América portuguesa* (pp.331-386). São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1.